

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Q Liberal*

Class.: *207*

Data: *22 de abril de 1986*

Pg.: _____

Apoena contra discussão do índio na Constituinte

Brasília — Qualquer alteração na legislação que protege o índio brasileiro não deve ser levada à Assembleia Nacional Constituinte, em função das pressões políticas e econômicas que poderão influir na modificação da Constituição e das leis como o estatuto do índio. Esta posição foi defendida em Brasília, pelo presidente da Funai, Apoena Meirelles, ao fazer um balanço do programa de descentralização do órgão e da situação do índio no Brasil, que teve o seu dia comemorado, ontem, em todo o país. "A grande questão do índio nunca foi jurídica, nem antropológica — defendeu Meirelles. Os problemas que o índio brasileiro vem enfrentando estão mais ligados a estrutura viciada da Funai que estamos agora modificando".

Mesmo defendendo que o índio no Brasil, cada vez mais vai se integrando a sociedade brasileira, o presidente da Funai acha que este não é o momento para se discutir a sua emancipação, modificando-se a legislação em vigor, como defendem técnicos do Ministério do Interior. Ele acha que, no momento, a Funai deve estar aparelhada para atender os índios, mudando a metodologia de trabalho de forma a dotar ações diferenciadas para atender os grupos que vivem graus diferentes de aculturação.

"O problema maior que enfrentamos atualmente — disse ele — está ligado ao fato de que a realidade do índio, hoje, mudou muito, mas a Funai continuava com a mesma estrutura de vinte anos atrás. A excessiva concentração do órgão, em Brasília, e a sua burocratização, causaram os principais problemas que hoje enfrentamos, como a política de clientelismo, que nos últimos anos vinha trazendo centenas de índios a Brasília". Apoena afirma que não se pode culpar apenas os índios por esta política de clientelismo. "O índio viciou em Brasília — afirmou Apoena — e agora estamos tentando descondicioná-lo mostrando que através da pressão e até da violência ele não vai conseguir o que precisa.

Apoena garante ter "total esperança" de que o programa de descentralização que vem realizando será bem sucedido. "Se não der certo — acentuou — pelo menos eu terei sido o primeiro dirigente do órgão que tentou acertar. Ainda sobre o risco do programa não dar certo, Apoena afirmou que "teria sido tranquilo e cómodo" para ele ter saído da Funai em feve-

reiro, quando chegou a pedir ao ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto demissão do cargo em função dos problemas que a Fundação vem enfrentando. Na ocasião ele colocou como condição para permanecer no cargo o imediato processo de descentralização do órgão.

Ele acredita que a partir desta semana, quando o ministro do Interior, Costa Couto, anunciar os nomes dos dirigentes das seis superintendências regionais que estão sendo criadas em Belém, Manaus, Recife, Curitiba, Cuiabá e Goiânia o programa, que conta com recursos de 150 milhões de cruzados para sua implantação, comerá de fato a funcionar.

Quanto as reações de grupos de índios e de indigenistas contrários ao programa de descentralização, Apoena afirma que estas reações são naturais e previsíveis. "Pela própria situação geográfica de suas aldeias, como é o caso dos índios Xavantes — afirma Apoena — muitos índios até agora vinham recebendo tratamento privilegiado em relação aos demais. Com o programa de descentralização, no qual o presidente da Funai passa a não ser mais o gestor financeiro dos recursos, mas sim as superintendências, os privilégios vão acabar, e por isso, muitos reagem".

Apoena explicou que a presidência do órgão, em Brasília, que contará com cerca de 60 funcionários, será estruturada após a implantação das Superintendências Regionais. Em Brasília, funcionará uma coordenação de terras, ligadas às divisões que funcionarão junto às superintendências, voltadas para a delimitação e demarcação das terras indígenas. Segundo ele, a questão das terras indígenas não ficará sujeita às pressões dos Governos estaduais com a descentralização, porque a criação de novas áreas continuará sendo julgada por um grupo interministerial e sua aprovação submetida ao presidente da República.

Ele defende, ainda, que o grande desafio do órgão, no momento, é de conseguir dar um tratamento diferenciado ao índio brasileiro. Para tanto, ele quer transferir para as Superintendências o corpo técnico da Funai, hoje concentrado em Brasília. "Não podemos continuar a manter técnicos em Brasília apenas para dar parecer em processos — disse Apoena. Cada Superintendência contará com uma assessoria de estudos e pesquisas aplicadas, para levantar os problemas de cada grupo indígena na região onde eles vivem".